

Fiabci Hoje

Conectando o Brasil ao melhor do mercado imobiliário mundial

ANO XVIII
JAN/FEV
DE 2012
Nº 179

POR DENTRO DO MERCADO

Fique por dentro
das novidades do
mercado imobiliário
internacional

PENSATA

Newton Figueiredo,
diretor da Fiabci/
Brasil, discorre sobre
os custos econômicos
e sociais da
corrupção no Brasil

ESPECIAL

O que esperar de
2012? Especialistas e
nomes importantes
do mercado traçam
as perspectivas e os
desafios que o setor
terá que enfrentar
neste ano



É urgente a adoção de uma agenda anticorrupção, com ações permanentes, punições severas e imediatas e, ainda, exposição para a nação dos prejuízos causados



PENSATA

Corrupção: na contramão do desenvolvimento sustentável

POR Newton Figueiredo

A corrupção continua a ser um dos inibidores do desenvolvimento sustentável do Brasil. Ela afeta as decisões de investimentos, desvirtua o crescimento econômico, altera a composição dos gastos empresariais e governamentais, causa distorções na concorrência e abala a legitimidade dos governos e a confiança nas instituições.

Em 2010, entre 180 países pesquisados, o Brasil obteve a 69ª colocação – apenas seis postos à frente da posição observada em 2009, de acordo com ranking elaborado pela ONG Transparência Internacional. Embora tenha havido melhoria, ela é pequena e tal posição parece ser incompatível com a de sexta economia do mundo. A elevada burocracia e a fragilidade das instituições reduzem a eficiência da administração pública, o que, aliadas ao desempenho do sistema Judiciário, resultam em baixos índices de governança e um alto nível de corrupção percebida.

O relatório *Corrupção: custos econômicos e propostas*

de combate, de autoria da FIESP, estimou as perdas econômicas e sociais do Brasil com a corrupção. Na média do período entre 1990 e 2008, o Brasil apresenta um PIB per capita de US\$ 7.954 e um Índice de Percepção da Corrupção (CPI em inglês) de 3,65. Se tivesse um nível de percepção da corrupção igual a 7,45 (média dos resultados de Coreia do Sul, Costa Rica, Japão, Chile, Espanha, Irlanda, Estados Unidos, Alemanha, Austrália, Canadá, Cingapura e Finlândia), o PIB per capita brasileiro passaria a US\$ 9.184, ou seja, um aumento de 15,5%. Isso significa que a corrupção em nosso País gera um custo médio anual estimado em R\$ 41,5 bilhões, correspondendo a 1,38% do PIB (valores de 2008) e que, se aplicados em atividades produtivas, poderiam chegar a R\$ 69,1 bilhões.

Esses recursos poderiam beneficiar milhões de brasileiros, com investimentos em áreas como educação, saúde, saneamento, habitação, segurança, transporte e infraestrutura. Por exemplo, a primeira fase do Programa de

Aceleração do Crescimento (PAC 1) do Governo Federal prevê que, para atender 3,96 milhões de famílias no quesito habitação, precisam ser investidos R\$ 55,9 bilhões (incluindo os recursos da contrapartida de estados e municípios). Utilizando o custo médio anual da corrupção de R\$ 41,5 bilhões para construção de moradias, temos que 2,94 milhões de famílias poderiam ser atendidas, ou seja, 74% das famílias previstas pelo PAC 1.

Caso queira pertencer ao patamar de nações mais civilizadas, prósperas e responsáveis com seus povos e suas riquezas, o Brasil precisa, rapidamente, passar da 69ª posição para, pelo menos, os 10 primeiros menos corruptos. É urgente a adoção de uma agenda anticorrupção, com ações permanentes, punições severas e imediatas, com exposição para a nação dos prejuízos causados. Um dos caminhos indispensáveis passa pela reforma política. Trata-se de uma questão que deve ser conduzida como um projeto nacional, considerando as diversas esferas públicas, além da iniciativa privada, buscando os interesses da sociedade. ●



Newton Figueiredo é diretor da Fiabci/Brasil e presidente do Grupo SustentaX